

**EMENDA nº.                      , de 2011 - CRE**  
**(AO PLC Nº 41/2010)**

Suprimam-se os §§ 2º e 3º do art. 7º do PLC nº 41, de 2010, renumerando-se os parágrafos os §§ 4º, 5º e 6º como §§ 2º, 3º e 4º, respectivamente.

**JUSTIFICAÇÃO**

O § 2º do art. 7º do PLC dispõe sobre a informação parcialmente sigilosa. Trata-se de termo novo, o qual não conta com definição legal e que determina que a parte restante do documento, que não seja sigilosa, possa ser acessada. A inovação será inexecutável, ante a impossibilidade desmembramento do documento sem prejuízo da compreensão de seu contexto, razão pela qual se impõe a supressão pretendida.

Quanto ao § 3º do art. 7º do PLC, ele possui redação ampla, que, por conseguinte pode englobar situações inusitadas e fragilizar demasiadamente a necessidade de preservação da informação. Com efeito, o dispositivo é lacunoso e, a guisa de exemplo, enumeramos alguns exemplos disso: ao se referir a “informação” de forma genérica, não esclarece se a referência é àquela de caráter **sigiloso** ou **não**; falta esclarecer se a tomada de decisão é um ato administrativo ou judicial; se houver a edição de ato decisório, também, não esclarece se será administrativo ou judicial, tampouco o nível hierárquico do agente público emissor. Da forma como esta formulado este dispositivo, qualquer servidor público que detiver o mínimo poder de decisão poderá desencadear a obrigação do Estado revelar informação de caráter sigiloso. E mais, cabe indagar quem é considerado como “autoridade decisória” para fim de aplicação desta Lei.

Diante de tantas dúvidas e fragilidades é que se propõe a presente emenda por considerar importante a supressão do parágrafo.

Sala da Comissão,              de agosto de 2011.

**Senador MARCELO CRIVELLA**